



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito
Federal Brasília Ambiental – IBRAM
Setor Bancário Sul, Quadra 02, Edifício Maria Ramos Parente – 70.070-120 – Brasília-DF
CNPJ: 08.915.353/0001-23



LICENÇA DE OPERAÇÃO

N. 096/2009
3ª Via - Arquivo

1 – DA LICENÇA:

O Superintendente de Licenciamento e Fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental - IBRAM, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007 e o Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007 e tendo em vista o disposto na Lei nº 3.908, de 20 de outubro de 2006, que altera a redação dos §§ 2º, 3º e 4º e acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 18, inciso III, § 3º, da Lei nº 041, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, autorizando a operação para atividade de **POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS**, requerida por **CAL COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS LTDA**, CNPJ: 00.373.589/0002-54, objeto do **Processo n.º 190.000.508/2003**.

2 – DA LOCALIZAÇÃO:

A **ATIVIDADE DE POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS** está licenciada para a **SHIS TRECHO HI J4, LOTE 01 PAG, LÁGO SUL – RA XVI – BRASÍLIA/DF**.

3 – DAS CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES:

1. Instalar em um prazo de **30 (trinta) dias**, poços de monitoramento visando delimitar a ocorrência da contaminação de benzeno em fase dissolvida, conforme recomendação do Diagnóstico Ambiental Complementar, realizado pela Petrobrás Distribuidora S.A., realizado em maio de 2008;
2. Protocolar o plano de remediação neste Instituto em um prazo de **120 (cento e vinte) dias**;
3. Apresentar à este Instituto os resultados do processo de remediação **trimestralmente**;
4. Cumprir, na íntegra, o Relatório de Controle Ambiental - RCA;
5. Realizar, **semestralmente**, análise para os parâmetros físico-químicos do efluente pós-tratamento no Sistema Separador de Água e Óleo – SAO, contemplando os parâmetros de óleos e graxas, conforme o DECRETO nº 18328/1997 da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB;
6. Apresentar Teste de Estanqueidade a ser realizado em todo Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis - SASC, de acordo com a Norma NBR-13784, observando a data de fabricação dos tanques: **para tanques de 5 a 10 anos os testes devem ser bienais, e tanques com mais de 10 anos, testes anuais**;
7. O óleo gerado após o processo de separação no SAO deverá ser recolhido periodicamente por firma autorizada pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, e apresentar **semestralmente** o certificado de coleta;
8. Realizar manutenção **periódica** nas canaletas de contenção e pisos da área de abastecimento de veículos;
9. Realizar manutenção **periódica** nas câmaras de contenção das descargas seladas, tanques, bombas e unidade de filtragem;
10. Realizar manutenção **periódica** no SAO, em intervalos não superiores a **15 (quinze) dias**, conforme orientação da CAESB;
11. Realizar monitoramento intensivo de controle de estoque de combustíveis e, em caso de suspeita de vazamento, comunicar imediatamente este órgão ambiental;
12. Quando do vazamento, transbordamento ou derramamento de combustíveis, no momento do descarregamento nas descargas, no abastecimento de veículos ou em qualquer outra situação, o local deverá ser lavado imediatamente, e seu efluente líquido direcionado às canaletas ligadas ao SAO, e não lançado em locais inadequados;
13. É proibida a queima de qualquer resíduo a céu aberto;
14. Apresentar, **anualmente**, comprovante de destinação das lâmpadas fluorescentes;
15. Esta licença ambiental não desobriga a obtenção de outras porventura exigidas por outros órgãos;
16. Toda e qualquer alteração do empreendimento deverá ser solicitada/requerida junto a este órgão;
17. Outras condicionantes exigências e restrições poderão ser estabelecidas por este Instituto a qualquer tempo.

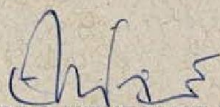
4 – DAS OBSERVAÇÕES:

1. O IBRAM, observando o disposto no artigo 19 da Resolução CONAMA n.º 237/97, poderá alterar, suspender ou cancelar a presente Licença de Operação;
2. Esta Licença de Operação só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal e em periódico de grande circulação no Distrito Federal, devendo essas publicações, serem efetivadas a expensas do interessado, conforme previsto na Lei nº 041/89, artigo 16, § 1º, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do Termo de Aceite. Após efetuadas as publicações, entregar páginas dos jornais a este IBRAM, em até 10 (dez) dias, sob pena de suspensão desta licença;
3. O requerimento de renovação desta Licença de Operação deverá ser protocolizado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de sua vigência, sendo obrigatória a observância às CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS e RESTRIÇÕES ora estabelecidas;
4. Qualquer alteração nos projetos previstos para o empreendimento deverá ser precedida de anuência documentada deste Instituto;
5. Deverá ser mantida uma via desta licença no local do empreendimento/atividade;
6. O IBRAM deverá ser comunicado, imediatamente, caso ocorra qualquer acidente que venha causar risco de dano ambiental.

5 – DA VALIDADE:

ESTA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 096/2009 TERÁ VALIDADE PELO PERÍODO DE 04 (QUATRO) ANOS CORRIDOS, OBSERVADOS OS REQUISITOS E CONDICIONANTES CONSTANTES DELA E NO PROCESSO QUE LHE DEU ORIGEM, DO QUAL É PARTE INTEGRANTE.

Brasília, 06 de outubro de 2009.



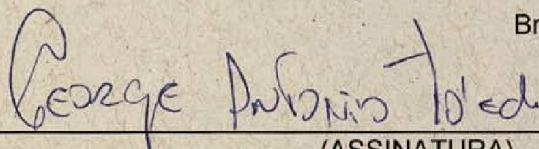
EDUARDO HENRIQUE FREIRE

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Brasília Ambiental – IBRAM
Superintendente de Licenciamento e Fiscalização - SULFI

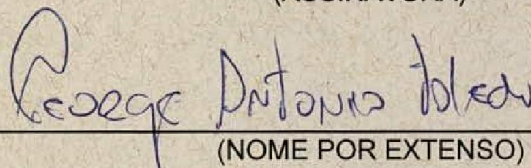
6 – TERMO DE ACEITE:

DECLARO ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM OS TERMOS DA PRESENTE LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 096/2009, A QUAL SUBSCREVO.

Brasília, 13 de outubro de 2009.



(ASSINATURA)



(NOME POR EXTENSO)



Confidencial



Confidencial

(DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO)